



Comissão	Fis. 25
Comitê de	Rubrica
Seleção	
Processo	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

Pregão Presencial nº 001/2019

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Comissão	Ass.: 26
Permanente de Licitação	Rubrica
Processo n.º	

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefones nº (22) 98175-2073 e 98175-0911, será realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial sob a forma de Registro de Preços, **EXCLUSIVO PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA**, cujo Edital recebeu o nº 001/2019, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo menor preço e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 063, de 16/02/05, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, regulamentada pela Lei Municipal nº 8.768, de 11/08/2017, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope), às 10h (dez horas) do dia 24 de junho de 2019, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração de Enquadramento para ME e EPP - Anexo VI

1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a aquisição de aparelhos de ar condicionado tipo Split, de diversas potências, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - Procon, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1.1 - A participação neste Pregão é exclusiva para MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVAS EQUIPARADAS, conforme instituído pelo art. 48, I da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Art. 55 da Lei Municipal nº 8.768/17.

3.1.2 - Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame aquelas definidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

3.1.3 - Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI apto a participar do presente certame aquele definido no Art. 18A da Lei Complementar nº 123/06 e regulamentado na Lei Complementar nº 128/08, sendo esta modalidade de Microempresa.

3.1.4 - Equiparam-se as ME e EPP as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

3.1.5 - Deverão apresentar a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI - o licitante, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, declarando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa de Consumo nos termos da legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial n° 001/2019

Processo n° 2019.069.000003-P-1/R
Data: 13/05/2019

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Prefeitura ou impedidas de licitar com a Administração Pública.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

3.5 - Não será admitida a participação de Licitantes que não apresentarem a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:**

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Quando MEI - Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível no www.portaldoempreendedor.gov.br.

4.1.3- Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Comissão	Assinatura
Representante da Licitação	<i>[Assinatura]</i>
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

4.1.4- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento este a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.5- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (esta com firma reconhecida), em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-1-1/18
Data: 13/05/2019

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 42 a 48 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;
- c) Na hipótese de não constar na referida proposta a indicação de marca e/ou modelo do objeto cotado pela licitante, o pregoeiro solicitará que o representante da empresa declare qual é a marca e/ou modelo, para fins de registro na ata da sessão, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação pelo pregoeiro. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, INTEGRALMENTE, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº	2019.069.000003-P-PR
Comitente	32
Assessor	PRO

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-V-PR
Data: 11/05/2019

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º, Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o pregoeiro convocará somente uma proposta subseqüente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.14- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

7.15- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 16.1 deste Edital.

7.16- Sendo aceitável o preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 8 deste Edital.

7.17- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 8 deste Edital.

7.18- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta ou de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, a pregoeira reabrirá a etapa de lances na forma do subitem 7.6 e seguintes.

7.18.1- Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.18.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.19- Ocorrendo a hipótese do subitem 7.18, a pregoeira observará o disposto no subitem 7.14 e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.20- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pela pregoeira.

7.21- A pregoeira manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.22- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pela pregoeira, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes a final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PM
Data: 13/05/2019

Item	35
Previdenciária	
Licitação	
Processo nº	

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.2.1- Quando MEI - Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

8.1.2.2- Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.010003-P-PR
Data: 13/05/2019

8.2.6- Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.8- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa, segundo disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização



31

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo subitem 7.18.

8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Comprovação de capital social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(ns) efetivamente vencido(s) pela empresa.

8.3.1.1- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como detentor do registro.

8.3.1.2- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); encaminhará o(s) mesmo(s) ao(s) licitante(s) classificado(s) em 2º lugar (em cada item, conforme o caso), devendo, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

8.3.1.3- Fica estipulado que, ocorrendo o disposto no subitem 8.3.1.1 e estando a empresa sem representação (independente do motivo), caberá o pregoeiro definir os itens que serão registrados em favor da empresa, devendo ser dada preferência a ordem crescente da planilha de preços (Anexo I).

8.3.2- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.2.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.3.

8.3.2.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.2 e 8.3.3, certidão emitida pela instância



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR

Data: 13/05/2019

judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.3- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.3.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.2 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1- Atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, este último com firma reconhecida, comprovando que a licitante forneceu materiais semelhantes ao objeto deste edital.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMCG, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato, Estatuto Social ou documento equivalente, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo o pregoeiro e/ou Comissão apenas as



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese alguma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.2- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13.1 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

10.5- Em caso de atraso no fornecimento, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelo Programa de Trabalho 1412200952368 e pela Natureza de Despesa 449052.

12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1 - PRAZO DE ENTREGA

12.1.1- O prazo para entrega do objeto será de 15 (quinze) dias úteis, conforme no item 4 do termo de referência elaborado pelo PROCON (Anexo VII do edital).

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir a partir da emissão da Ordem Formal de Fornecimento emitida pela Superintendência do PROCON (Anexo VII do edital) ou da entrega da Nota de Empenho.

12.1.3- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento da ordem formal de fornecimento.

12.1.4- Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado

12.1.4- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.1.5- Lim se tratando de compras ou de locação de equipamentos, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

12.2- LOCAL DE ENTREGA

12.2.1- O licitante vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado no local definidos no item 4 do termo de referência elaborado pelo PROCON (Anexo VII do edital).

12.3- FORMA DE FORNECIMENTO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma integral, conforme Termo de Referência.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação do PROCON para a sua formalização, devendo a empresa estar portando os certificados de regularidade perante o FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, ou certidão positiva com efeito negativo.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.1.1 - A solicitação de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal**, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais, ou encaminhadas por e-mail para o seguinte endereço pregao@campos.rj.gov.br;

14.1.2- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

15- DO VALOR

15.1- Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 32.648,00 (trinta e dois mil, seiscentos e quarenta e oito reais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

16- DO PAGAMENTO

16.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **PROCON** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após o fornecimento.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo.

16.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos conforme Nota de Empenho.

16.4 - O pagamento da parcela será efetuado pelo **PROCON** à **CONTRATADA**, até 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes.

16.5 - O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 16.4 e, desde que o atraso decorra de culpa do **PROCON**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.6 - O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.5, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido a Ilustríssima Senhora Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

16.7- Caso o **PROCON** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.8 - Na hipótese da cobrança apresentar erros, o **PROCON** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

16.8.1 - O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 16.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 16.5;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR

Data: 13/05/2019

16.9 - Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17- DO REAJUSTAMENTO

17.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.2- É facultado o pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3- O pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

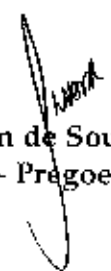
18.5- Todos os atos praticados pelo pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

18.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 13 de maio de 2019.


José Dalton de Souza Pinto Filho
- Pregoeiro -



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PK
Data: 13/05/2019

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (conforme especificações do item 2 do Termo de Referência)	UND	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)
01- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Ar condicionado TIPO SPLIT de 12.000 BTUS	UND	02		
02- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Ar condicionado TIPO SPLIT de 18.000 BTUS	UND	05		
03- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Ar condicionado TIPO SPLIT de 24.000 BTUS	UND	02		
04- Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Ar condicionado TIPO SPLIT PISO TETO de 60.000 BTUS	UND	02		

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 001/2019, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 001/2019, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, de _____ de 2019.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E A
EMPRESA _____.

O FUNDO MUNICIPAL DEFESA DIREITOS DIFUSOS - PROCON, com sede na Rua José Alves de Azevedo, 236 - Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº 19.338.484/0001-01, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor Superintendente, **DOUGLAS LEONARD PESSANHA QUEIROZ**, e a empresa _____, doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da licitação nº 001/2019, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento no Decreto Municipal nº 365/, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei nº 8.883/94, no Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, de acordo com o processo nº 2019.069.000003-P-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a aquisição de aparelhos de ar condicionado tipo Split, de diversas potências, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - Procon, conforme descrito nos Anexos I e VII do edital e, em especial, na Nota de Empenho nº ____/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº 2019.069.000003-P-PR e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste CONTRATO, desde que não acarrete ônus para o CONTRATANTE ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste CONTRATO, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do CONTRATO, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 001/2019.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste CONTRATO;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela CONTRATANTE;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o CONTRATANTE pelo fornecimento;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR

Data: 13/05/2019

- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste CONTRATO, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ _____ (_____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da CONTRATADA, será efetuado pelo CONTRATANTE, após entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor total de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. 1412200952368 e pela Natureza de Despesa N.D. 449052, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-1-PIL

Data: 13/05/2019

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR

Data: 13/05/2019

- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da CONTRATADA;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega dos produtos objeto deste contrato será de 15 (quinze) dias corridos, conforme item 4 do Termo de Referência, elaborado pelo PROCON (Anexo VII do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela CONTRATANTE, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral, conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 001/2019, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA e respectivos anexos do processo administrativo nº 2019.069.000003-P-PR que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2019.

Contratante: _____
Município de Campos dos Goytacazes

Contratada: _____

Testemunhas: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)
CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
....., portador (a) da Cédula de
Identidade nº e CPF sob o nº, a participar
da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, na modalidade
PREGÃO nº 001/2019, supra referenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*,
outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa
....., bem como
formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar
contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes, de de 2019.

Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 001/2019

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número, por intermédio
de seu representante legal o (a) Sr
(a)....., portador (a) da Carteira
de Identidade nº..... e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de
1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2019.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO Nº 001/2019**.

Campos dos Goytacazes, de de 2019.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

Anexo VI - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP
(Modelo)
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 001/2019

.....(razão social do licitante) com endereço
na

inscrita no CNPJ/ME sob o número vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida Lei Complementar, sendo considerada:

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2019.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Fundo Municipal de Direitos Difusos - PROCON
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 001/2019

Processo nº 2019.069.000003-P-PR
Data: 13/05/2019

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1.0- OBJETO:

Este Termo de Referência, elaborado nos termos das disposições das Leis Federal nº 10.520/02 e 8.666/93, tem por objetivo definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, pelo menor preço, visando a aquisição de aparelhos de ar condicionado tipo Split, de diversas potências, para a devida refrigeração das salas e ambientes da sede desta Superintendência, conforme especificações técnicas e quantidades estimadas.

2.0 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTIMADAS

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	Ar-condicionado tipo Split de 12.000 btus	02	UN
02	Ar-condicionado tipo Split de 18.000 btus	05	UN
03	Ar-condicionado tipo Split de 24.000 btus	02	UN
04	Ar-condicionado tipo Split Piso Teto de 60.000 btus	02	UN

3.0 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO:

A sede desta Superintendência é um prédio de duplo pavimento entregue no final do ano 2016, muito maior que a antiga sede que era uma casa térrea com menor área construída e menos salas e ambientes.

A nova sede conta com 01 (uma) varanda fechada para espera dos consumidores, 01 (um) salão de três ambientes que abriga os boxes de atendimento, 01 (uma) sala para a diretoria de atendimento, 01 (uma) sala para a triagem, 01 (uma) sala de audiências, 01 (uma) sala para o cartório, 01 (uma) sala de servidores de internet e infraestrutura de T.I., 01 (um) auditório, 01 (uma) sala para o setor de fiscalização, 01 (uma) sala para o setor jurídico, 01 (uma) sala para a diretoria geral e financeira, 01 (uma) sala para o setor de educação e pesquisa, 01 (uma) sala para a superintendência adjunta, 01 (uma) sala para chefia de gabinete e 01 (uma) sala para a superintendência.

São 15 (quinze) ambientes no total, sendo que muitos, por conta do seu tamanho, existindo somente um aparelho, necessitam de mais de um equipamento de ar-condicionado, sendo que no momento contamos apenas com 09 (nove) equipamentos funcionando, ficando um déficit de, no mínimo, 11 (onze) equipamentos, de diversas potências.



Os novos aparelhos ficarão distribuídos nos setores da sede do PROCON, da seguinte forma:

12.000 Btus	-	Diretoria de Educação e Pesquisa
12.000 Btus	-	Sala de Triagem
18.000 Btus	-	Cartório do Jurídico
18.000 Btus	-	Varanda de Espera de Atendimento
18.000 Btus	-	Departamento Jurídico
18.000 Btus	-	Superintendência Adjunta
18.000 Btus	-	Chefia de Gabinete
24.000 Btus	-	Salão de Box de Atendimento
24.000 Btus	-	Salão de Box de Atendimento
60.000 Btus	-	Auditório
60.000 Btus	-	Auditório

Além da necessidade física do órgão, é público e notório que o Município de Campos dos Goytacazes/RJ apresenta, na maioria do ano, temperaturas consideradas altas, o que impõe uma devida climatização da sede desta Superintendência, onde trabalham dezenas de pessoas diariamente que atendem outras centenas de consumidores por dia.

Diante de tais fatos, faz-se necessário termos um sistema de climatização adequado e condizente com o tamanho da nossa sede, que esteja em plenas condições de funcionamento, com o objetivo de manter um ambiente satisfatório para o bom desempenho dos servidores na realização de suas atividades, comodidade ao cidadão que vem em busca de atendimento e a prevenção da saúde de todos.

4.0 – PRAZO PARA A ENTREGA DO PRODUTO:

Fica previamente estipulado o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a entrega de todos os equipamentos adquiridos, contatos do empenho. Devendo os mesmos ser entregues na sede desta Superintendência, nos locais onde já existem as instalações, sem que isto gere nenhum ônus extra ao contratante.

5.0 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1 – São obrigações da Contratante:

5.1.1 receber o objeto/serviço no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos/serviços recebidos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

06
58
PROCON

2019069000003PA

5.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto/serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto/serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.0 – OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 efetuar a entrega do objeto/serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão todas as indicações necessárias do objeto/serviço fornecido.

6.1.1.1 Quando se tratar de entrega de objeto o mesmo deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto/serviço, de acordo com os Artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto/serviço com avarias, defeitos ou vícios;

6.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



07
59
2019-069000003P-PR

6.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

6.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.0 – DA SUBCONTRATAÇÃO:

Não será admitida subcontratação do objeto contratado.

8.0- CONTROLE DA EXECUÇÃO

8.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens ou prestação do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.0- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta.



PREFEITURA DE

CAMPOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

HUMANO E SOCIAL


SUPERINTENDÊNCIA DO PROCON

08
60

2019.069.000003-P-PR

9.2A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, à aplicação das sanções administrativas necessárias, em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, sendo considerada a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Campos dos Goytacazes, 12 de fevereiro de 2019.



Douglas Leonard Queiroz Pessanha
Superintendente Procon Campos dos Goytacazes
Mat. 36.519